

SIMULADO

CONCURSO

IBAMA

ANALISTA AMBIENTAL

GABARITO COMENTADO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



SAIBA MAIS EM
WWW.DIRECAOCONCURSOS.COM.BR

EBOOK GRATUITO



SIMULADO

CONCURSO

IBAMA

ANALISTA AMBIENTAL

20%OFF

USE O CUPOM

IBAMA20

CURSO COMPLETO

QUESTÃO 51

Para os fins da Lei n.º 6.938/1981 e suas alterações, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, julgue o item a seguir.

Uma empresa com receita bruta anual superior a treze milhões de reais é considerada de grande porte.

Assunto abordado: Lei n.º 6.938/1981 e suas alterações (Política Nacional do Meio Ambiente).

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com a Lei n.º 6.938/81. De acordo com a Lei n.º 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, uma empresa é considerada de grande porte se tiver receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e não superior a R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

Art. 17-D. A TCFA é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados no Anexo IX desta Lei:

(...)

III – empresa de grande porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

QUESTÃO 52

Com base no disposto na Lei n. 11.284, de 2 de março de 2006, a qual dispõe sobre a gestão de florestas públicas, julgue os itens a seguir.

A criação de reservas extrativistas, projetos de assentamento florestal, desenvolvimento sustentável ou agroextrativistas para o destino de florestas públicas em comunidades locais, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Reforma Agrária, caracteriza uma concessão florestal.

Assunto abordado: Lei n.º 11.284/2006 (títulos I, II e III e V).

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está correto. A criação de reservas extrativistas, projetos de assentamento florestal, desenvolvimento sustentável ou agroextrativistas não configura concessão florestal, mas sim outras formas de destinação de florestas públicas.

Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se:

VII - **concessão florestal:** delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar atividades de manejo florestal sustentável, de restauração florestal e de exploração de produtos e serviços em unidade de manejo, conforme especificado no objeto do contrato de concessão, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

QUESTÃO 53

Após dez anos da publicação da lei que institui o Serviço Florestal Brasileiro, a concessão florestal da União ficará limitada a 35% das florestas públicas disponíveis, com o objetivo de evitar a concentração de áreas entre concessionários individuais ou consorciados.

Assunto abordado: Lei n.º 11.284/2006 (títulos I, II e III e V).

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está errado. A Lei n.º 11.284/2006 não estabelece um limite de 35% para a área total das florestas públicas da União sujeitas à concessão florestal após dez anos de sua publicação. Ela estabelece que não poderá ultrapassar 20% para a área total.

Art. 76º. Em 10 (dez) anos contados da data de publicação desta Lei, a área total com concessões florestais da União não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de área de suas florestas públicas disponíveis para a concessão, com exceção das unidades de manejo localizadas em florestas nacionais criadas nos termos do art. 17 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.

QUESTÃO 54

Com base na legislação referente a proteção do bioma da Mata Atlântica, julgue os itens a seguir.

É vedada a supressão de vegetação secundária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação.

Assunto abordado: Lei n.º 11.428/2006 (Mata Atlântica).

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com a Lei n.º 11.428/2006. A vedação se aplica à supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, e não à vegetação secundária. O erro na questão está em confundir vegetação primária (original) com vegetação secundária (regenerada).

Art. 30. É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições

QUESTÃO 55

Serão contemplados com recursos do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica os projetos voltados para a conservação de remanescentes de vegetação nativa.

Assunto abordado: Lei n.º 11.428/2006 (Mata Atlântica).

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está de acordo com a Lei n.º 11.428/2006. Ela estabelece que o Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica pode financiar projetos voltados para a conservação de remanescentes de vegetação nativa. A lei prevê recursos para iniciativas que busquem preservar, restaurar e recuperar áreas do bioma, promovendo a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade no uso do solo.

Art. 38. Serão beneficiados com recursos do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica os projetos que envolvam conservação de remanescentes de vegetação nativa, pesquisa científica ou áreas a serem restauradas, implementados em Municípios que possuam plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

QUESTÃO 56

De acordo com o Decreto nº 70.235/1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, julgue o item a seguir.

Salvo disposição em contrário, o servidor executará os atos processuais no prazo de quinze dias.

Assunto abordado: Decreto nº 70.235/1972 (Processo Administrativo Fiscal).

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está de acordo com o Decreto nº 70.235/1972. De acordo com o Decreto nº 70.235/1972, o prazo para a execução dos atos processuais pelo servidor é de oito dias, e não quinze.

Art. 4º Salvo disposição em contrário, o servidor executará os atos processuais no prazo de oito dias.

QUESTÃO 57

Com base na Lei nº 14.785/2023, julgue os itens a seguir com base nessa legislação.

As exigências para o registro de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental e afins deverão observar os acordos internacionais relacionados à matéria dos quais o País faça parte.

Assunto abordado: Lei nº 14.785/2023 (agrotóxicos).

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está de acordo com a Lei nº 14.785/2023. A Lei nº 14.785/2023 estabelece que as exigências para o registro de agrotóxicos, produtos de controle ambiental e afins devem observar os acordos internacionais dos quais o País seja signatário. Isso garante que o processo de registro esteja alinhado com os compromissos internacionais do país, promovendo a conformidade com normas ambientais e de segurança globais.

Art. 3º Os agrotóxicos, os produtos de controle ambiental, os produtos técnicos e afins, de acordo com as definições constantes do art. 2º desta Lei, somente poderão ser pesquisados, produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados se previamente autorizados ou registrados em órgão federal, nos termos desta Lei.
(...)

§8º As exigências para o registro de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental e afins deverão observar os acordos internacionais relacionados à matéria dos quais o País faça parte.

QUESTÃO 58

A publicação do registro dos agrotóxicos, dos produtos de controle ambiental e afins no sítio eletrônico do órgão federal registrante autoriza a comercialização e o uso nos Estados e no Distrito Federal.

Assunto abordado: Lei nº 14.785/2023 (agrotóxicos).

Comentário: Gabarito: CERTO. O item está de acordo com a Lei nº 14.785/2023. De acordo com a Lei nº 14.785/2023, a publicação do registro dos agrotóxicos, produtos de controle ambiental e afins no sítio eletrônico do órgão federal registrante autoriza a comercialização e o uso desses produtos em todo o território nacional, incluindo os Estados e o Distrito Federal.

Art. 11º. Os Estados e o Distrito Federal usarão os dados existentes no registro dos órgãos federais para o exercício de suas atividades de controle e de fiscalização.

Parágrafo único. A publicação do registro dos agrotóxicos, dos produtos de controle ambiental e afins no sítio eletrônico do órgão federal registrante autoriza a comercialização e o uso nos Estados e no Distrito Federal.

QUESTÃO 59

De acordo o Decreto nº 12.044/2024, julgue os itens a seguir.

Uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Bioeconomia é o fortalecimento da competitividade da produção nacional de base biológica, com ênfase na biodiversidade brasileira, na transição para uma economia de baixo carbono e resiliente às mudanças climáticas.

Assunto abordado: Decreto nº 12.044/2024 (Sociobioeconomia).

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com o Decreto nº 12.044/2024. O fortalecimento da competitividade da produção nacional de base biológica, especialmente no contexto da biodiversidade brasileira e da transição para uma economia de baixo carbono, é um objetivo da Estratégia Nacional de Bioeconomia, e não uma das diretrizes.

Art. 4º São objetivos da Estratégia Nacional de Bioeconomia:

(...)

III - fortalecer a competitividade da produção nacional de base biológica, em especial da biodiversidade brasileira, na transição para uma economia de baixo carbono e resiliente ao clima.

QUESTÃO 60

A Estratégia Nacional de Bioeconomia será implementada pela União em regime de cooperação com os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, organizações da sociedade civil e entidades privadas.

Assunto abordado: Decreto nº 12.044/2024 (Sociobioeconomia).

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está em acordo com o Decreto nº 12.044/2024. O Decreto nº 12.044/2024 estabelece que a Estratégia Nacional de Bioeconomia será implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Municípios, Distrito Federal, organizações da sociedade civil e entidades privadas.

Art. 5º A Estratégia Nacional de Bioeconomia será implementada pela União em regime de cooperação com os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, organizações da sociedade civil e entidades privadas.

QUESTÃO 61

De acordo as Resoluções Normativas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) nº 26/2020 e nº 37/2022, julgue os itens a seguir.

Considera-se transporte de líquidos em grande escala o transporte de OGM e seus derivados pertencentes à Classe de Risco 1 quando o volume for superior a 100 litros, e para as Classes de Risco 2, 3 ou 4, quando superior a 10 litros.

Assunto abordado: Resolução Normativa da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) nº 26/2020.

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está em acordo com a Resolução Normativa nº 26/2020. Conforme a Resolução Normativa nº 26/2020, o transporte de líquidos em grande escala é definido como o transporte de OGM e seus derivados pertencentes à Classe de Risco 1 quando o volume for superior a 100 litros, e para as Classes de Risco 2, 3 ou 4, quando o volume for superior a 10 litros.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução Normativa serão consideradas as seguintes definições:

(...)

II - transporte de líquidos em grande escala: transporte de OGM e/ou seus derivados em meio líquido, cujo volume transportado seja superior a 100 (cem) litros para OGM e/ou seus derivados pertencentes à Classe de Risco 1, e superior a 10 (dez) litros para OGM e/ou seus derivados pertencentes às Classes de Risco 2, 3 ou 4;

QUESTÃO 62

A responsabilidade pelo cumprimento das normas de biossegurança no transporte de OGM e seus derivados recairá sobre a instituição remetente, mesmo que o transporte seja realizado por terceiro.

Assunto abordado: Resolução Normativa da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) nº 26/2020.

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com a Resolução Normativa nº 26/2020. Conforme o § 2º do Art. 5º, no caso de transporte realizado por terceiro, a responsabilidade recai sobre o CQB da instituição contratante, e não sobre a instituição remetente.

Art. 5º Previamente ao transporte de OGM e/ou seus derivados em território nacional, a instituição remetente, de acordo com as normas da CIBio, deverá notificar a CIBio da instituição de destino sobre a remessa do material, fornecendo as seguintes informações:

(...)

§2º No caso de transporte realizado por terceiro, a responsabilidade quanto ao atendimento das normas de biossegurança recairá sobre o CQB da instituição que contratou o transporte.

QUESTÃO 63

Para o transporte de OGM e seus derivados, as embalagens devem estar firmemente fechadas ou vedadas, sendo obrigatório o uso de um único recipiente, interno ou externo, desde que ofereça resistência adequada durante o transporte. O recipiente externo não pode ser envolvido por mais de um recipiente, mesmo que isso aumente a segurança.

Assunto abordado: Resolução Normativa da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) nº 26/2020.

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com a Resolução Normativa nº 26/2020. É exigido o uso de dois recipientes: um interno e um externo, sendo que o recipiente externo pode ser envolvido por mais de um recipiente se necessário, para garantir maior segurança.

Art. 6º As embalagens a serem utilizadas nas atividades de que trata esta Resolução deverão estar firmemente fechadas ou vedadas, considerando as seguintes condições:

(...)

II - o recipiente externo poderá ser envolvido por mais de um recipiente, caso necessário, a fim de se obter maior segurança; e

QUESTÃO 64

O Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) é a autorização dada pela CTNBio às instituições para realizar projetos com OGM e seus derivados.

Assunto abordado: Resolução Normativa da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) nº 37/2022.

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está em acordo com a Resolução Normativa nº 37/2022. Conforme a Resolução Normativa nº 37/2022, o Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) é, de fato, a autorização dada pela CTNBio às instituições para o desenvolvimento de projetos com OGM e seus derivados.

Art. 1º A instalação e o funcionamento das Comissões Internas de Biossegurança (CIBios), os critérios e procedimentos para requerimento, emissão, revisão, extensão, suspensão e cancelamento do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) obedecerão ao disposto nesta Resolução Normativa.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução Normativa, o **Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB** constitui-se no credenciamento que a CTNBio concede às instituições para desenvolver projetos e atividades com Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e seus derivados.

QUESTÃO 65

A CIBio é responsável por autorizar a transferência de OGM e seus derivados, e a responsabilidade é compartilhada com o técnico principal.

Assunto abordado: Resolução Normativa da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) nº 37/2022.

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está em acordo com a Resolução Normativa nº 37/2022. Segundo o Art. 9º da Resolução Normativa, a CIBio autoriza a transferência de OGM e seus derivados, e a responsabilidade pela transferência é compartilhada com o técnico principal.

Art. 9º Compete à CIBio no âmbito de sua instituição:

(...)

XI - autorizar, com base nas Resoluções Normativas da CTNBio, a **transferência de OGM e seus derivados**, dentro do território nacional, para outra unidade que possua CQB compatível com a classe de risco do OGM transferido, assumindo conjuntamente com o técnico principal toda a responsabilidade decorrente dessa transferência;

QUESTÃO 66

As pessoas físicas ou jurídicas que obtenham liberação para uso comercial de OGMs devem sempre requerer CQB e constituir CIBio específica para a atividade com esses OGMs.

Assunto abordado: Resolução Normativa da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) nº 37/2022.

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com a Resolução Normativa nº 37/2022. A afirmação de que devem sempre requerer CQB e constituir CIBio específica está em desacordo com o disposto na norma.

Art. 22º. As pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em qualquer das fases do processo de produção agrícola, comercialização ou transporte de produtos geneticamente modificados, que tenham obtido a liberação para uso comercial, estão dispensadas de requererem CQB e de constituírem CIBio especialmente para atividade com esses OGMs.

QUESTÃO 67

Em relação ao Protocolo de Cartagena - Decreto nº 5.705/2006, julgue os itens a seguir.

O objetivo do Protocolo de Cartagena é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna.

Assunto abordado: Protocolo de Cartagena - Decreto nº 5.705/2006.

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está em acordo com o Protocolo de Cartagena – Decreto nº. 5.705/2006. Ele estabelece normas para a movimentação transfronteiriça desses organismos, visando prevenir possíveis riscos à biodiversidade e à saúde humana, especialmente em países que não possuem regulamentações específicas sobre o tema.

Artigo 1º - Objetivo: De acordo com a abordagem de precaução contida no Princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o **objetivo** do presente Protocolo é **contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna** que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços.

QUESTÃO 68

Cada Parte do Protocolo de Cartagena deve tomar apenas medidas jurídicas para implementar suas obrigações no âmbito do tratado.

Assunto abordado: Protocolo de Cartagena - Decreto nº 5.705/2006.

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com o Protocolo de Cartagena – Decreto nº. 5.705/2006. O Protocolo estabelece que as Partes devem adotar medidas jurídicas, administrativas e outras necessárias e apropriadas para cumprir suas obrigações, não se limitando apenas a medidas jurídicas.

Artigo 2º - Disposições Gerais: 1. Cada Parte tomará as **medidas jurídicas, administrativas e outras necessárias** e apropriadas para implementar suas obrigações no âmbito do presente Protocolo.

QUESTÃO 69

O Protocolo de Cartagena permite que os Estados adotem medidas mais rigorosas para a conservação da biodiversidade, desde que compatíveis com suas disposições e com o direito internacional.

Assunto abordado: Protocolo de Cartagena - Decreto nº 5.705/2006.

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está em acordo com o Protocolo de Cartagena – Decreto nº. 5.705/2006. O Protocolo deixa claro que os Estados podem implementar normas mais rigorosas para proteger a biodiversidade, desde que essas medidas respeitem suas disposições e estejam alinhadas com o direito internacional.

Artigo 2º - Disposições Gerais

(...)

4. Nada no presente Protocolo será interpretado de modo a restringir o direito de uma Parte de adotar medidas que sejam mais rigorosas para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica que as previstas no presente Protocolo, desde que essas medidas sejam compatíveis com o objetivo e as disposições do presente Protocolo e estejam de acordo com as obrigações dessa Parte no âmbito do direito internacional.

QUESTÃO 70

Caso um país em desenvolvimento não tenha um ordenamento jurídico interno sobre a importação de organismos vivos modificados para alimento humano ou animal, ele poderá declarar que sua decisão será baseada em uma avaliação de risco e deverá ser tomada em até 270 dias.

Assunto abordado: Protocolo de Cartagena - Decreto nº 5.705/2006.

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está em acordo com o Protocolo de Cartagena – Decreto nº. 5.705/2006. O Protocolo permite que países em desenvolvimento ou com economia em transição tomem decisões antes da primeira importação com base em uma avaliação de risco e dentro de um prazo máximo de 270 dias.

Artigo 11º - Procedimento para os Organismos Vivos Modificados Destinados ao Uso Direto como Alimento Humano ou Animal ou ao Beneficiamento

(...)

6. Uma Parte país em desenvolvimento ou uma Parte com economia em transição poderá, na **ausência de um ordenamento jurídico interno** referido no parágrafo 4º acima, e no exercício da sua jurisdição interna declarar por meio do Mecanismo de Intermediação de Informação sobre Biossegurança que sua decisão antes da primeira importação de um organismo vivo modificado destinado ao uso direto como alimento humano ou animal ou ao beneficiamento, sobre o qual tenha sido provido informações no âmbito do parágrafo 1º acima, será tomada de acordo com o seguinte:

a) uma **avaliação de risco** realizada de acordo com o Anexo III; e

b) uma decisão tomada dentro de um prazo previsível de não mais do que **duzentos e setenta dias**.

PROTEÇÃO DA FAUNA

Welks, empresário do ramo têxtil, adquiriu um lote de peles de animais silvestres para a produção de roupas de luxo. Durante o transporte da mercadoria, os fiscais ambientais realizaram uma inspeção e solicitaram a documentação que comprovasse a legalidade da origem dos produtos. No momento da abordagem, os documentos não estavam presentes no veículo, e a carga foi apreendida. Ele argumentou que poderia apresentar a documentação posteriormente e que a apreensão era indevida.

QUESTÃO 71

A apreensão da carga foi irregular, pois a legislação ambiental permite a apresentação posterior dos documentos de procedência dos produtos de origem animal.

Assunto abordado: Lei nº 5.197/1967.

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com a Lei nº 5.197/1967. O simples desacompanhamento da comprovação de procedência já configura infração, independentemente da possibilidade de apresentação posterior. Portanto, a apreensão da carga foi legítima.

Art. 3º. É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

(...)

§3º O simples desacompanhamento de comprovação de procedência de peles ou outros produtos de animais silvestres, nos carregamentos de via terrestre, fluvial, marítima ou aérea, que se iniciem ou transitem pelo País, caracterizará, de imediato, o descumprimento do disposto no caput deste artigo.

QUESTÃO 72

A legislação brasileira permite o comércio de produtos oriundos da fauna silvestre, desde que sua procedência seja legalizada e devidamente comprovada.

Assunto abordado: Lei nº 5.197/1967.

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está em acordo com a Lei nº 5.197/1967. O Art. 3º, §1º, da Lei nº 5.197/1967 estabelece que o comércio de espécimes da fauna silvestre é proibido, exceto quando provenientes de fontes legalizadas. Portanto, a venda de produtos desse tipo é permitida, desde que haja comprovação de origem legal.

Art. 3º. É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

§1º Excetuam-se os espécimes provenientes legalizados.

QUESTÃO 73

Amanda, interessada na criação de animais silvestres para fins comerciais, começou a capturar espécimes em sua fazenda sem consultar os órgãos ambientais. Além disso, importou uma espécie exótica sem solicitar parecer técnico e organizou eventos de caça em sua propriedade, alegando que, por ser dona da terra, não precisava de autorização.

A importação de qualquer espécie exótica para o Brasil exige parecer técnico oficial e licença expedida na forma da lei.

Assunto abordado: Lei nº 5.197/1967.

Comentário: Gabarito, CERTO.

O item está em acordo com a Lei nº 5.197/1967. De acordo com o Art. 4º da Lei nº 5.197/1967, **nenhuma espécie pode ser introduzida no país sem parecer técnico oficial favorável e licença.** Logo, a atitude de Amanda foi irregular.

Art. 4º Nenhuma espécie poderá ser introduzida no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida na forma da Lei.

QUESTÃO 74

A captura de animais silvestres para criação comercial pode ser feita livremente em propriedades privadas, sem necessidade de consulta aos órgãos ambientais.

Assunto abordado: Lei nº 5.197/1967.

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com a Lei nº 5.197/1967. O Art. 9º da Lei nº 5.197/1967 permite a captura e criação de animais silvestres somente se atendidas as exigências legais. A prática sem autorização é ilegal.

Art. 9º Observado o disposto no artigo 8º e **satisfeitas as exigências legais**, poderão ser capturados e mantidos em cativeiro, espécimes da fauna silvestre.

QUESTÃO 75

A realização de caça em propriedade particular depende de regulamentação, pois o proprietário tem autonomia sobre o uso da fauna local.

Assunto abordado: Lei nº 5.197/1967.

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com a Lei nº 5.197/1967. O Art. 7º da Lei nº 5.197/1967 estabelece que qualquer atividade de caça, mesmo quando permitida, deve seguir a regulamentação vigente, não sendo livre apenas por ocorrer em propriedade privada.

Art. 7º A utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de espécimes da fauna silvestre, quando consentidas na forma desta Lei, serão considerados atos de caça.

QUESTÃO 76

Julgue os itens a seguir, em relação a lei Lei nº 5.197/1967.

As penalidades poderão ser aplicadas apenas aos autores diretos da infração, não se estendendo a arrendatários ou autoridades que, por ação ou omissão, consentirem na prática ilegal.

Assunto abordado: Lei nº 5.197/1967.

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com a Lei nº 5.197/1967. O Art. 30 da Lei nº 5.197/1967 dispõe que as penalidades podem ser aplicadas não apenas aos autores diretos, mas também a arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, administradores, e até autoridades que consentirem na prática do ato ilegal, seja por ação ou omissão.

Art. 30º. As penalidades incidirão sobre os autores, sejam eles:

a) direto;

b) arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, administradores, diretores, promitentes, compradores ou proprietários das áreas, desde que praticada por prepostos ou subordinados e no interesse dos proponentes ou dos superiores hierárquicos;

c) autoridades que por ação ou omissão consentirem na prática do ato ilegal, ou que cometerem abusos do poder.

Parágrafo único. Em caso de ações penais simultâneas pelo mesmo fato, iniciadas por várias autoridades. O juiz reunirá os processos na jurisdição em que se firmar a competência.

QUESTÃO 77

Poderá ser concedida a cientistas, pertencentes a instituições científicas, oficiais ou oficializadas, ou por estas indicadas, licença especial para a coleta de material destinado a fins científicos, em qualquer época. ameaçadas ou ações em períodos críticos para a fauna.

Assunto abordado: Lei nº 5.197/1967.

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está de acordo com a Lei nº 5.197/1967. A legislação permite a concessão de licença especial para a coleta de material destinado a fins científicos, independente da época. Essa autorização é dada a cientistas, especialmente aqueles pertencentes a instituições científicas reconhecidas.

Art. 14. Poderá ser concedida a cientistas, pertencentes a instituições científicas, oficiais ou oficializadas, ou por estas indicadas, licença especial para a coleta de material destinado a fins científicos, em qualquer época.

QUESTÃO 78

Em relação aos conceitos biológicos e taxonomia de fauna, julgue os itens a seguir.

O sistema taxonômico, proposto por Lineu, coloca gêneros relacionados na mesma família, famílias dentro de ordens, ordens dentro de classes, classes dentro de filos, filos dentro de reinos e, mais recentemente, reinos dentro de domínios.

Assunto abordado: Conceitos biológicos e taxonomia de fauna.

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está de acordo com o assunto tratado. A primeira afirmativa descreve corretamente a hierarquia taxonômica proposta por Lineu, que organiza os seres vivos em uma estrutura que vai do mais específico (espécie) ao mais geral (domínio). Essa organização é fundamental para a biologia e é amplamente aceita e utilizada.

QUESTÃO 79

O leopardo (*Panthera pardus*) pertence ao mesmo gênero que também inclui o leão africano (*Panthera leo*), o tigre (*Panthera tigris*) e a onça (*Panthera onca*).

Assunto abordado: Conceitos biológicos e taxonomia de fauna.

Comentário: Gabarito, CERTO. O item está de acordo com o assunto tratado. O leopardo (*Panthera pardus*), o leão africano (*Panthera leo*), o tigre (*Panthera tigris*) e a onça (*Panthera onca*) pertencem ao mesmo gênero, *Panthera*. Isso reflete o entendimento atual da classificação desses grandes felinos, que são agrupados juntos devido a semelhanças genéticas e morfológicas significativas.

QUESTÃO 80

De acordo com o Código Internacional de Nomenclatura Zoológica (ICZN), a “sinonímia” ocorre quando um mesmo táxon possui dois ou mais nomes idênticos.

Assunto abordado: Conceitos biológicos e taxonomia de fauna.

Comentário: Gabarito, ERRADO. O item está em desacordo com o assunto tratado. A sinonímia é a circunstância de um táxon ter dois ou mais nomes diferentes, não idênticos.

PROTEÇÃO DE RECURSOS PESQUEIROS

QUESTÃO 81

Com relação a Proteção de Recursos Pesqueiros, julgue os itens a seguir.

Os Planos de Recuperação para Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção são instrumentos que definem diretrizes, metas e ações voltadas à conservação e recuperação das populações de peixes e invertebrados aquáticos em risco de extinção. Além disso, quando ambientalmente viável, esses planos estabelecem os parâmetros para o uso sustentável dessas espécies, a ser autorizado pelos órgãos ambientais competentes.

Comentários: Gabarito, CERTO. É exatamente isso! Inclusive, esses documentos podem ser elaborados tanto para uma única espécie quanto para um grupo de espécies que compartilhem características semelhantes em termos de biologia, ecologia, distribuição ou fatores de impacto que as afetam.

Fonte: [Planos de Recuperação para Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção — Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima](#)

QUESTÃO 82

Sobre o plano de recuperação do surubim ou pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), entende-se que, quanto ao monitoramento, identificou-se que a pesca é a principal ameaça que paira sobre essas populações.

Comentários: Gabarito, ERRADO. Na verdade, a principal ameaça ao Surubim é a presença de barramentos que interrompem as rotas migratórias, hibridização com congêneres e afins, e em menor grau a sobrepesca. Ainda que a pesca não seja a principal ameaça que paira sobre as populações do surubim pintado, um programa de monitoramento pesqueiro é essencial para avaliar o real nível de exploração dos seus estoques, já que a pesca pode um risco adicional às populações desses organismos.

Fonte: [plano_de_recuperacao_pintado.pdf](#)

QUESTÃO 83

Acerca da evolução do ordenamento pesqueiro no Brasil, assinale os itens a seguir.

É objetivo do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SisRGP) reestruturar os sistemas da pesca a nível nacional, trazendo mais agilidade na execução dos trabalhos, segurança das informações armazenadas, conformidade nos processos da pesca e clareza na execução de todos os trabalhos que a pesca dispõe.

Comentários: Gabarito, CERTO. A questão apresenta exatamente o objetivo do SisRGP.

Fonte: [SISRGP - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira — Ministério da Agricultura e Pecuária](#)

QUESTÃO 84

O Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite, um dos mais importantes programas nacionais em questões ambientais, acompanha a rota das embarcações nas pescarias e, dessa forma, garante que

QUESTÃO 84

O Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite, um dos mais importantes programas nacionais em questões ambientais, acompanha a rota das embarcações nas pescarias e, dessa forma, garante que ela esteve somente em áreas permitidas. Contudo, as ações do Preps se restringem ao Brasil atualmente, e o país tenta introduzir suas práticas em acordos multilaterais de ordenamento pesqueiro.

Comentários: Gabarito, ERRADO. De fato, o Preps é um dos mais importantes instrumentos nacionais em questões ambientais, acompanha rota de embarcações de pescarias, garantindo que essas atividades sejam realizadas apenas em áreas permitidas. Mas a questão erra ao dizer que o Preps é um instrumento com ações restritas ao Brasil, na verdade, as ações de monitoramento das embarcações faz parte de vários acordos multilaterais de ordenamento pesqueiro assinados pelo Brasil com o resto do mundo, ou seja, as ações que são realizadas no Preps fazem parte de ações previstas previamente e acordada em acordo multilaterais já firmados.

Fonte: [Versão atual do sistema de monitoramento por satélite desagrada pescadores — Ministério da Pesca e Aquicultura](#)

QUESTÃO 85

Sobre a pesca ilegal e os danos ambientais decorrentes da atividade pesqueira, julgue o item a seguir.

Constitui crime ambiental pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente, bem como pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante.

Comentários: Gabarito, CERTO. As duas hipóteses de crimes ambientais estão descritas na lei de crimes ambientais, especialmente, nos art. 34 e 35, I.

COMÉRCIO EXTERIOR**QUESTÃO 86**

Sobre o comércio exterior, assinale as assertivas a seguir:

Ao realizar uma operação de exportação ou importação no Brasil, a empresa deve estar familiarizada com o SISCOMEX.

Comentários: Gabarito, CERTO. O SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior) é o principal sistema utilizado no Brasil para a gestão e controle das operações de exportação e importação. Desenvolvido pelo Governo Federal, ele integra os processos administrativos, fiscais e aduaneiros, permitindo maior eficiência e controle sobre as transações comerciais internacionais.

Toda empresa que deseja realizar exportações ou importações no Brasil deve estar registrada no RADAR (Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros), que é vinculado ao SISCOMEX. Esse sistema é obrigatório para o envio de declarações, o pagamento de tributos e o acompanhamento das operações comerciais internacionais.

Fonte: [Siscomex](#)

QUESTÃO 87

O drawback permite a suspensão ou eliminação de tributos incidentes na aquisição de insumos empregados na industrialização de produtos exportados.

Comentários: Gabarito, CERTO. Drawback é um regime aduaneiro especial que permite a suspensão ou eliminação de tributos incidentes na aquisição de insumos empregados na industrialização de produtos exportados.

Fonte: [Siscomex](#)

QUESTÃO 88

Segundo os Termos Internacionais do Comércio (INCOTERMS), a operação em que o vendedor possui a mínima obrigação e responsabilidade, enquanto o comprador assume todos os riscos e despesas, inclusive de retirada da mercadoria no local acordado, é denominada FCA (free carrier).

Comentários: Gabarito, ERRADO. De acordo com os Termos Internacionais do Comércio (INCOTERMS), a operação em que o vendedor possui a mínima obrigação e responsabilidade, enquanto o comprador assume todos os riscos e despesas, é denominada EXW (Ex Works) ou "Na Origem". Nesse termo, o vendedor apenas disponibiliza a mercadoria em seu local de produção ou outro ponto acordado, e todas as despesas e riscos a partir desse ponto são assumidos pelo comprador.

Por outro lado, o termo FCA (Free Carrier) exige que o vendedor entregue a mercadoria ao transportador designado pelo comprador, em um local previamente combinado, sendo responsável pelos custos e riscos até esse ponto. Portanto, no FCA, o vendedor tem mais obrigações do que no EXW.

Fonte: [Siscomex](#)

QUESTÃO 89

Adotar multimodalidade em operacionalização da logística internacional traz alguns benefícios, quando comparada a outras formas de se realizar a logística, e dentre esses benefícios está a utilização de combinações de modais nacionais e internacionais mais eficientes.

Comentários: Gabarito, CERTO. A multimodalidade possibilita a integração de diversos modais de transporte, como marítimo, aéreo, ferroviário e rodoviário, promovendo a otimização da logística internacional e aumentando a eficiência no transporte. Essa abordagem pode reduzir custos e agilizar os prazos de entrega.

QUESTÃO 90

A CITES, que teve adesão do Brasil em 1975 (Decreto nº 76.623/75), estabelece, dentre outros, que uma espécie ameaçada de extinção poderá ser comercializada para o Exterior, caso haja parecer favorável de um Biólogo.

Comentários: Gabarito, ERRADO. Na verdade, a CITES prevê que uma espécie ameaçada de extinção poderá ser comercializada para o Exterior, caso não prejudique a sobrevivência do espécime.

A CITES não prevê que a autorização do comércio de espécies ameaçadas de extinção seja baseada apenas no parecer de um biólogo, pois a decisão envolve um processo bem mais complexo que inclui avaliações administrativas especializadas, por exemplo, e até avaliações de autoridades científicas.

QUESTÃO 91

A Declaração Único de Exportação (DUE) é o documento eletrônico que contém informações de natureza aduaneira, administrativa, comercial, financeira, tributária, fiscal e logística.

Comentários: Gabarito, CERTO. Segundo a Portaria nº 23, de 14 de julho de 2011, alterada pela Portaria SECEX nº 44, de 2020, para o caso em questão, a DUE é o documento eletrônico que contém informações de natureza aduaneira, administrativa, comercial, financeira, tributária, fiscal e logística, que caracterizam a operação de exportação dos bens por ela amparados e definem o enquadramento dessa operação. Tais informações constantes da DUE, inclusive, servirão de base para o controle administrativo das operações de exportação.

QUESTÃO 92

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) tem como países membros a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Costa Rica e Panamá.

Comentários: Gabarito, ERRADO. Guarde com você essa informação: Segundo a Portaria nº 23, de 14 de julho de 2011, apenas 12 países fazem parte da ALADI e não 14 como sugere a assertiva. Dos países citados na assertiva, apenas Costa Rica e Panamá não se incluem na lista.

INCÊNDIOS FLORESTAIS

QUESTÃO 93

No contexto da Lei nº 14.944/2024, no que tange ao monitoramento de queimadas, julgue os itens a seguir.

Os órgãos ambientais devem implementar sistemas de monitoramento e alerta precoce para queimadas, atuando de forma proativa na prevenção de incêndios florestais.

Comentários: Gabarito, CERTO. Primeiramente, a PN-MIF versa em seu capítulo IV sobre Governança Interinstitucional de Manejo Integrado do Fogo. Nessa passagem da legislação o texto legal fala sobre um Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, como instância interinstitucional de caráter consultivo e deliberativo da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo. Esse comitê, entre outras, tem as seguintes atribuições:

- propor medidas para a implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e monitorá-las periodicamente;
- propor mecanismos de coordenação para detecção e controle dos incêndios florestais a serem aplicados por instituições de resposta ao fogo, tais como os centros integrados multiagências de coordenação operacional;
- estabelecer as diretrizes acerca da geração, da coleta, do registro, da análise, da sistematização, do compartilhamento e da divulgação de informações sobre os incêndios florestais e o manejo integrado do fogo;
- propor instrumentos de análise de impactos dos incêndios e do manejo integrado do fogo sobre a mudança no uso da terra, a conservação dos ecossistemas, a saúde pública, a flora, a fauna e a mudança do clima.

Veja que todas as atribuições citadas dizem respeito a implementação (pelas esferas de governo, através do Comitê) de sistemas de monitoramento e alerta precoce para queimadas, atuando de forma proativa na prevenção de incêndios florestais.

O Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo conta com representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil, com direito a voz e a voto.

Além disso, as instâncias interinstitucionais estaduais e distrital de manejo integrado do fogo articular-se-ão com o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e terão, preferencialmente, a participação dos órgãos estaduais e distritais de meio ambiente e de proteção e defesa civil e das instituições estaduais e distritais de resposta aos incêndios florestais, incluídos os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal.

Outro ponto importante está previsto no Capítulo V da PN-MIF que menciona os instrumentos da política, como os planos de manejo integrado do fogo, Sisfogo, ferramentas de gerenciamento de incidentes, Educação Ambiental e outros, todos atrelados aos órgãos ambientais que devem monitorar e promover alerta precoce para queimadas, atuando de forma proativa na prevenção de incêndios florestais.

QUESTÃO 94

Entre os instrumentos da PNMIF encontra-se o Centro Integrado Multiagência de Coordenação Operacional Federal, ferramenta de gerenciamento de incidentes, padronizada em âmbito nacional, para atuação operacional multiagencial aplicável a todos os tipos de sinistros e eventos de qualquer natureza que exijam estrutura organizacional integrada para suprir as demandas de resposta.

Comentários: Gabarito, ERRADO. Na verdade, o CIMAN Federal tem caráter operacional, com a função de monitorar e de articular as ações de controle e de combate aos incêndios florestais. Ele é coordenado pelo IBAMA, terá sua organização, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo federal, e executará, entre outras ações, o monitoramento da situação dos incêndios florestais no território nacional, integrar o trabalho das instituições envolvidas no monitoramento e no combate aos incêndios florestais no território nacional, entre outros.

Ferramenta de gerenciamento de incidentes e o CIMAN Federal são instrumentos distintos na PNMIF. A assertiva mistura as descrições quando compara o CIMAN Federal com a ferramenta de gerenciamento de incidentes, pois esta segunda ferramenta, claro, serve para implementação dos planos de manejo integrado do fogo, mas também é quem de fato padronizada em âmbito nacional, para atuação operacional multiagencial aplicável a todos os tipos de sinistros e eventos de qualquer natureza que exijam estrutura organizacional integrada para suprir as demandas de resposta.

Você pode encontrar as distinções entre os termos nos artigos 24 (Seção VI) e 26 e 27 (Seção VII).

QUESTÃO 95

Sobre Ecologia do Fogo e seus fundamentos, julgue os itens a seguir:

A relevância ecológica do fogo está associada aos seus efeitos sobre o solo, influenciando variados componentes bióticos e abióticos do ecossistema.

QUESTÃO 96

Quando ocorrem queimadas na superfície do solo, as temperaturas geralmente excedem 100°C, podendo atingir até 720°C por curto período de tempo.

QUESTÃO 95

Sobre Ecologia do Fogo e seus fundamentos, julgue os itens a seguir:

A relevância ecológica do fogo está associada aos seus efeitos sobre o solo, influenciando variados componentes bióticos e abióticos do ecossistema.

Comentários: Gabarito, CERTO. O fogo possui uma importância ecológica significativa, pois exerce influência direta e indireta sobre os componentes bióticos (organismos vivos) e abióticos (elementos não vivos, como solo e água) de um ecossistema. No solo, o fogo pode alterar propriedades físicas, químicas e biológicas, como a disponibilidade de nutrientes, pH e matéria orgânica. Por exemplo:

1. Efeitos benéficos:

- Liberação de nutrientes presos na biomassa, como fósforo e potássio, que podem enriquecer o solo em curto prazo.
- Promoção da germinação de sementes de espécies adaptadas ao fogo, contribuindo para a renovação do ecossistema.

2. Efeitos prejudiciais:

- Redução da matéria orgânica e compactação do solo, afetando sua capacidade de reter água.
- Eliminação de organismos benéficos no solo e perda de biodiversidade em áreas não adaptadas ao fogo.

Portanto, o fogo desempenha um papel ecológico importante, mas seus impactos variam dependendo da intensidade, frequência e contexto ecológico do evento.

QUESTÃO 96

Quando ocorrem queimadas na superfície do solo, as temperaturas geralmente excedem 100°C, podendo atingir até 720°C por curto período de tempo.

Comentários: Gabarito, CERTO. Quando ocorrem queimadas na superfície do solo, as temperaturas frequentemente ultrapassam 100°C, podendo, em alguns casos, atingir valores extremos de até 720°C, dependendo da intensidade do fogo e do tipo de material orgânico em combustão. No entanto, essas temperaturas mais elevadas geralmente persistem por curtos períodos de tempo e em uma camada superficial do solo, devido à baixa condutividade térmica do solo, que dificulta a propagação do calor para camadas mais profundas.

Esses níveis de temperatura podem causar alterações significativas, como:

- **Volatilização de matéria orgânica:** A matéria orgânica superficial é queimada, reduzindo a qualidade do solo.
- **Mudanças químicas:** Elementos como nitrogênio e enxofre podem ser perdidos na forma de gases.
- **Compactação do solo:** Altas temperaturas podem causar endurecimento da camada superficial, reduzindo a infiltração de água.
- **Impacto na biota do solo:** Organismos vivos, como microrganismos e pequenos invertebrados, podem ser eliminados em áreas mais afetadas.

Embora o fogo possa causar danos, também pode ter efeitos benéficos em ecossistemas adaptados ao fogo, como a liberação de nutrientes e a regeneração de espécies vegetais.

Fonte: [Certini, G. \(2005\). "Effects of fire on properties of forest soils: a review." Oecologia, 143\(1\), 1-10.](#)

QUESTÃO 97

Quando o fogo passa em uma determinada área, o balanço de destruição vai além da perda da fauna e da flora no local. O solo também sofre danos diante de incêndios que podem alcançar temperatura de até 700 graus na camada até um metro de profundidade.

Comentários: Gabarito, CERTO. De fato, quando o fogo passa, seus efeitos destrutivos vão além da perda da fauna e flora locais, impactando também o solo de forma significativa. Os incêndios podem atingir temperaturas de até 700 graus, afetando até mesmo a camada de solo com 1 m de profundidade. Os danos causados pela esterilização da camada superficial são tão graves que pesquisadores apontam que as perdas de nutrientes e as alterações nas características do solo podem ser irreversíveis.

Fonte: [Incêndios podem causar perdas irreparáveis ao solo | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\)](#)

QUESTÃO 98

O objetivo da ecologia do fogo é estudar o seu papel na natureza, tema de investigação que está alicerçado na ecologia e na evolução das espécies.

Comentários: Gabarito, CERTO. Segundo a Embrapa (2016), o objetivo da ecologia do fogo é estudar o seu papel na natureza, tema de investigação que está alicerçado na ecologia e na evolução das espécies. Seus estudos, segundo Pausas (2012), proporcionam as condições para o entendimento dos efeitos do fogo nos ecossistemas e tem mais tradição naqueles fogo-dependentes, como as savanas mediterrâneas, africanas e australianas e as florestas temperadas.

Fonte: [Ecologia-do-fogo.pdf](#)

QUESTÃO 99

As mudanças climáticas são transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima. Sobre o tema, assinale as alternativas a seguir.

A queima de combustíveis fósseis gera emissões de gases de efeito estufa que agem como um grande cobertor em torno da Terra, retendo o calor do sol e aumentando as temperaturas.

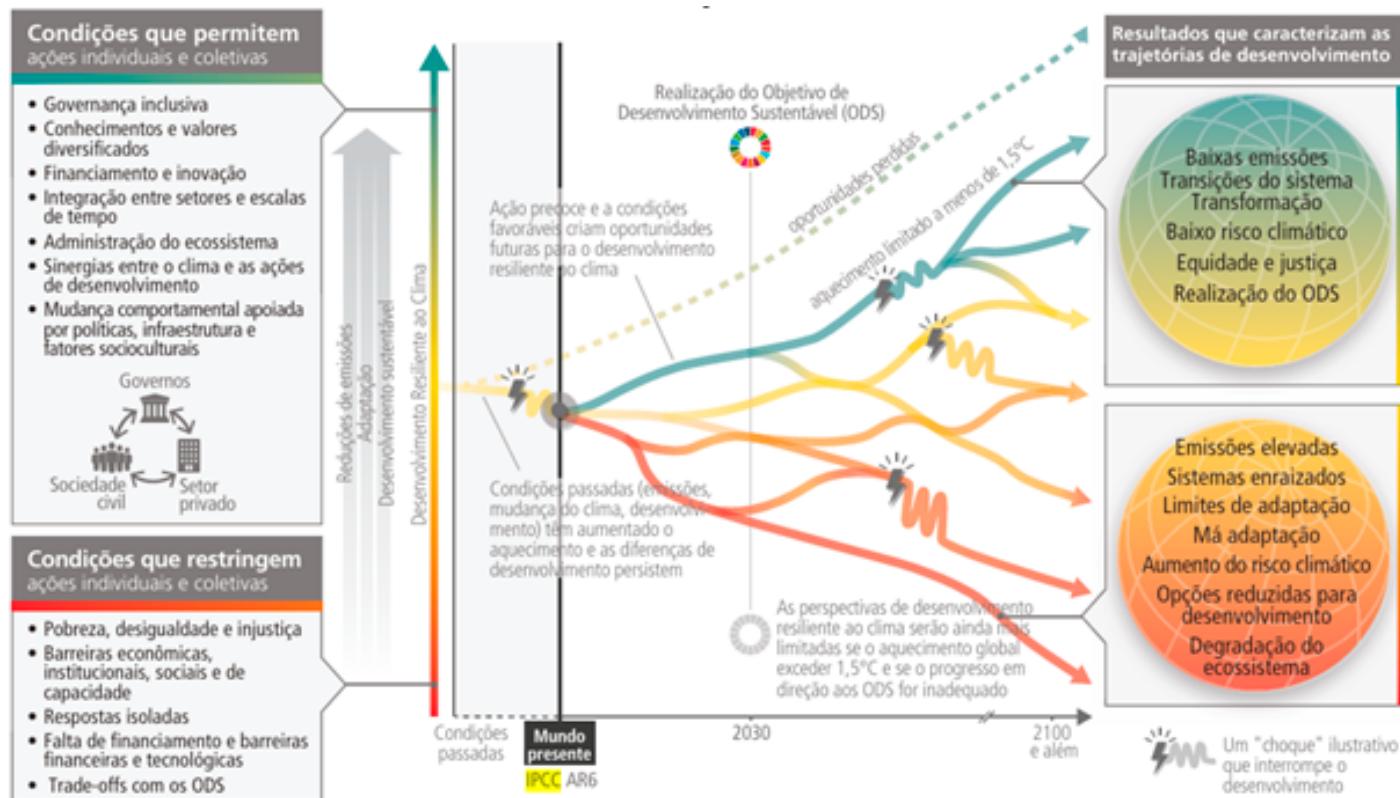
Comentários: Gabarito, CERTO. A queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural, libera grandes quantidades de gases de efeito estufa (GEE), principalmente dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄), na atmosfera. Esses gases formam uma camada na atmosfera que funciona como um "cobertor", retendo o calor irradiado pela superfície da Terra e impedindo que ele escape para o espaço. Esse fenômeno é conhecido como **efeito estufa**.

Embora o efeito estufa seja um processo natural essencial para manter a temperatura da Terra adequada à vida, o aumento excessivo desses gases devido às atividades humanas tem intensificado esse efeito, resultando no **aquecimento global** e em mudanças climáticas. Assim, as emissões provenientes da queima de combustíveis fósseis desempenham um papel central no aumento das temperaturas globais.

Fonte: [O que são as mudanças climáticas? | As Nações Unidas no Brasil](#)

EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS

A imagem a seguir é uma ilustração retirada do relatório síntese sobre mudanças do clima (2023) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC):



QUESTÃO 100

Sobre a ilustração a seguir, julgue os itens.

As trajetórias ilustrativas de desenvolvimento (vermelho a verde) e os resultados associados (painel direito) mostram que existe uma janela de oportunidade que rapidamente se fecha para garantir um futuro habitável e sustentável para todos.

Comentários: Gabarito, CERTO. A ilustração destaca que as trajetórias de desenvolvimento (do vermelho ao verde) estão diretamente relacionadas às escolhas e ações realizadas no presente. Existe uma "janela de oportunidade", indicada pela linha temporal, que aponta que, sem ações imediatas e transformadoras, a capacidade de limitar o aquecimento global a menos de 1,5°C será perdida. O fechamento dessa janela, mostrado no gráfico, implica consequências graves, como a degradação do ecossistema, limites de adaptação e aumento do risco climático, conforme descrito nos resultados à direita.

Fonte: [copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf](#)

QUESTÃO 101

As trajetórias divergentes apresentadas ilustram que as escolhas e ações interativas feitas por diversos atores do governo, do setor privado e da sociedade civil não podem fazer avançar o desenvolvimento resiliente ao clima, mas podem mudar as trajetórias em direção à sustentabilidade e permitir menores emissões e adaptação.

Comentários: Gabarito, ERRADO. A ilustração deixa claro que as escolhas e ações interativas feitas por governos, setor privado e sociedade civil **podem, sim, avançar o desenvolvimento resiliente ao clima**. O painel à esquerda destaca que **condições favoráveis**, como governança inclusiva, financiamento, inovação e mudanças comportamentais, são essenciais para transformar as trajetórias em direção à sustentabilidade, reduzindo emissões e aumentando a adaptação. Dessa forma, as ações interativas têm o poder de alterar as trajetórias para garantir menores emissões e um futuro mais sustentável.

Fonte: [copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf](#)

QUESTÃO 102

Acerca da resiliência climática e redução de riscos de desastres ambientais, julgue o item a seguir.

A adaptação as mudanças do clima, refere-se, por exemplo, à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) para evitar ou reduzir a incidência da mudança do clima, enquanto a mitigação busca reduzir seus efeitos danosos e explorar possíveis oportunidades.

Comentários: Gabarito, **ERRADO**. A assertiva inverte os conceitos de adaptação e mitigação no contexto das mudanças climáticas.

Conceitos corretos:

- **Adaptação às mudanças climáticas:** Refere-se a ações que buscam reduzir os impactos negativos das mudanças climáticas e aproveitar possíveis oportunidades decorrentes dessas mudanças. Exemplos incluem construir infraestruturas resilientes, desenvolver práticas agrícolas adaptadas a climas extremos e planejar sistemas de alerta precoce.

- **Mitigação das mudanças climáticas:** Refere-se a ações destinadas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) ou aumentar os sumidouros de carbono, com o objetivo de limitar o aquecimento global. Exemplos incluem a transição para fontes de energia renováveis, aumento da eficiência energética e reflorestamento.

Portanto, a assertiva está incorreta porque atribui à adaptação o papel de reduzir emissões de GEE, o que na verdade é um objetivo da mitigação. Além disso, a mitigação não busca diretamente explorar oportunidades, mas sim prevenir ou minimizar os efeitos danosos das mudanças climáticas.

Fonte: [AdaptaClima](#)

QUESTÃO 103

Sobre as emergências ambientais no Brasil (Gestão e resposta a emergências ambientais), julgue o item a seguir.

Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), a temperatura média global em 2023 ficou 1,45°C acima dos níveis pré-industriais (1850-1900). As temperaturas mais quentes contribuem globalmente para a intensificação de chuvas e enxurradas, intensificação de ciclones extratropicais com potencial destrutivo, mortes e prejuízos econômicos.

Comentários: Gabarito, **CERTO**. Essa informação apresentada na assertiva está correta segundo dados da OMM e corrobora com os dados dos eventos climáticos extremos ocorridos no Brasil em 2023 que, segundo o Cemaden, bateu recorde com ocorrências de desastres hidrológicos e geohidrológicos em 2023. Foram registrados 1.161 eventos de desastres, sendo 716 associados a eventos hidrológicos, como transbordamento de rios, e 445 de origem geológica, como deslizamentos de terra.

A diretora do Cemaden, Regina Alvalá, inclusive disse: “O ano de 2023 foi peculiar em relação ao clima. Em meados do ano, houve uma transição rápida do fenômeno La Niña para o El Niño. Isso ocasionou uma mudança no padrão das chuvas em relação à média histórica. Os índices de chuva registrados em 2023 foram muito superiores no Sul e inferiores no Norte e Nordeste”.

Fonte: [Em 2023, Cemaden registrou maior número de ocorrências de desastres no Brasil — Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação](#)

QUESTÃO 104

“O projeto da Petrobras para a Margem Equatorial, na Foz do Amazonas, compreende uma extensão de 2.200 km ao longo da costa brasileira. Ele vai do extremo norte do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa, ao litoral do Rio Grande do Norte, e prevê a perfuração de 16 poços exploratórios de petróleo.”

WWF. A Agência Pública viajou ao país para entender como nossos vizinhos veem a prospecção de petróleo na sua fronteira. 19, junho, 2023. Acesso em: Plano da Petrobras de explorar petróleo na Foz do Amazonas preocupa Guiana Francesa | WWF Brasil

Sobre desastres ambientais recentes no país e responsabilidade legais e protocolos de atuação, julgue o item a seguir.

A corrente norte do Brasil percorre o oceano Atlântico em direção à costa norte do país, onde converge com o rio Amazonas, influenciando diretamente a região costeira e contribuindo para o maior deságue de águas continentais no ambiente marinho do mundo.

Comentários: Gabarito, **CERTO**. A corrente norte do Brasil, também conhecida como **Corrente do Brasil Norte**, flui pelo oceano Atlântico em direção à costa norte do país, onde encontra a pluma do rio Amazonas. Essa interação influencia significativamente a dinâmica costeira da região, transportando sedimentos e nutrientes oriundos do rio Amazonas para o ambiente marinho adjacente. O rio Amazonas, por sua vez, é responsável pelo **maior volume de deságue de águas continentais no ambiente marinho do mundo**, desempenhando um papel crucial na biodiversidade marinha, no clima e nos ecossistemas costeiros. Parte dessa corrente segue para o norte, tornando-se a corrente das Guianas, que se mistura com o deságue do rio Orinoco, na Venezuela, o que cria condições ambientais únicas - exatamente onde essas fortes correntes circulam que a Petrobras pretende perfurar.

Esses fatores tornam a região da Margem Equatorial, como descrito no projeto da Petrobras, uma área de alta sensibilidade ambiental, que exige protocolos rigorosos para evitar desastres ecológicos em casos de exploração de petróleo.

Fonte: [Plano da Petrobras de explorar petróleo na Foz do Amazonas preocupa Guiana Francesa | WWF Brasil](#)

QUESTÃO 105

Sobre a Lei Complementar nº 140/2011, julgue os itens a seguir.

Os entes federativos devem atuar em caráter subsidiário nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, por exemplo, em situação que, inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado ou no Distrito Federal, a União deve desempenhar as ações administrativas estaduais ou distritais até a sua criação.

Comentários: Gabarito, **ERRADO**. Na verdade, essa hipótese apresentada na assertiva é de caráter supletivo, conforme previsto na LC nº 140/2011, especialmente, no art. 15, I.

QUESTÃO 106

Os entes federativos podem valer-se, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional: consórcios públicos, convênios e acordos de cooperação técnica.

Comentários: Gabarito, **CERTO**. Segundo o Capítulo II que trata dos instrumentos de cooperação da LC nº 140/2011, especialmente, o art. 4, estão entre os instrumentos de cooperação institucional dos entes federativos:

- consórcios públicos;
- convênios;
- acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público;
- Comissão Tripartite Nacional, Comissões Tripartites Estaduais e Comissão Bipartite do Distrito Federal;
- Fundos públicos e privados e outros instrumentos econômicos;
- Delegação de atribuições de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar;
- Delegação da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro.

QUESTÃO 107

Sobre a Lei nº 9.605/1998 e o Decreto nº 6.514/2008, julgue o item a seguir.

Nos crimes previstos na referida Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos.

Comentários: Gabarito, **ERRADO**. Lei 9.605/98 - Art. 16. “Nos crimes previstos nesta Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a

pena privativa de liberdade não superior a **três** anos.”

A assertiva está errada porque a suspensão condicional da pena (sursis), conforme a **Lei nº 9.605/1998**, é limitada a penas privativas de liberdade de até **três** anos, e não quatro. Essa regra é uma especificidade da legislação ambiental, que busca aplicar penas alternativas e educativas para crimes de menor potencial ofensivo relacionados ao meio ambiente.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL**QUESTÃO 108**

Sobre o Licenciamento Ambiental Federal e a Sociologia ligada ao licenciamento ambiental, julgue os itens a seguir.

O caráter complexo, local e interdisciplinar das questões ambientais tem sido apropriado somente por movimentos sociais de esquerda, como um recurso ideológico.

Comentários: Gabarito, **ERRADO**. A relação com questões ambientais não é exclusiva de movimentos sociais de esquerda. Tanto movimentos de diferentes espectros ideológicos quanto governos, empresas e organizações da sociedade civil têm se apropriado das questões ambientais, embora com abordagens variadas.

QUESTÃO 109

Os problemas ambientais são compreendidos pela sociologia e antropologia como problemas multiescalares que, na atualidade, ganham escala global devido às mudanças climáticas globais.

Comentários: Gabarito, **CERTO**. Segundo as perspectivas sociológica e antropológica, os problemas ambientais não podem ser reduzidos a apenas uma escala local ou regional. Esses problemas são compreendidos como **multiescalares**, ou seja, eles envolvem interações e impactos que transcendem limites locais, regionais, nacionais e globais. A questão das **mudanças climáticas globais**, por exemplo, é um fenômeno que afeta a sociedade e o meio ambiente de forma sistêmica, exigindo análises interdisciplinares e ações integradas.

Além disso, tanto a sociologia quanto a antropologia reconhecem que esses problemas ambientais estão relacionados a dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas, abrangendo desde impactos diretos em comunidades locais até questões de justiça ambiental e desigualdade global.

QUESTÃO 110

O licenciamento de atividades que, por lei, seja de competência federal, a ser submetido à aprovação do IBAMA, dependerá de elaboração de EIA e seu respectivo RIMA.

Comentários: Gabarito, **CERTO**. Segundo a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e a Resolução CONAMA nº 001/1986, atividades e empreendimentos de impacto ambiental de grandes proporções, sobretudo aqueles de competência federal, como obras de infraestrutura, mineração e projetos em áreas protegidas, deverão ser submetidos ao licenciamento ambiental federal por meio do IBAMA.

QUESTÃO 111

Sobre o monitoramento ambiental, cartografia e sensoriamento remoto, julgue os itens a seguir.

O monitoramento de fauna em áreas urbanas é dispensável, uma vez que tais áreas são predominantemente destinadas a atividades humanas e apresentam baixa relevância ecológica.

Comentários: Gabarito, **ERRADO**. O monitoramento da fauna em áreas urbanas é essencial para avaliar a resiliência ecológica, a presença de espécies adaptadas e a conectividade entre habitats. Além disso, a fauna desempenha papéis importantes nos ecossistemas urbanos, como controle biológico e polinização, contribuindo para a qualidade ambiental e o bem-estar humano.

QUESTÃO 112

O monitoramento de recursos hídricos deve integrar variáveis físicas, químicas e biológicas, proporcionando uma análise abrangente sobre a saúde dos ecossistemas aquáticos e a qualidade da água para diferentes usos.

Comentários: Gabarito, **CERTO**. O monitoramento de recursos hídricos exige uma abordagem integrada, considerando variáveis físicas (como temperatura e turbidez), químicas (como pH, oxigênio dissolvido e poluentes) e biológicas (como análise da biodiversidade aquática, macroinvertebrados e bioindicadores). Essa abordagem interdisciplinar permite avaliar de forma ampla a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas aquáticos, fornecendo informações cruciais para a gestão sustentável de recursos hídricos, conforme previsto em legislações como a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997).

QUESTÃO 113

O sensoriamento remoto multiespectral permite a detecção de diferentes tipos de vegetação com base na reflexão de luz nas bandas visíveis e infravermelhas próximas.

Comentários: Gabarito, **CERTO**. O sensoriamento remoto multiespectral utiliza sensores capazes de captar a **refletância** da luz em diferentes bandas do espectro eletromagnético (visível e infravermelho próximo). Essa técnica permite diferenciar tipos de vegetação, condições do solo, corpos d'água e outros elementos com base na resposta espectral de cada um. Por exemplo, o **índice de vegetação NDVI (Normalized Difference Vegetation Index)** é comumente usado para avaliar a saúde da vegetação.

QUESTÃO 114

Sobre mudanças do clima, julgue o item.

Um dos fenômenos mais marcantes das mudanças climáticas provocadas por atividades humanas é a ilha de calor urbana. Esse fenômeno, identificado pelo aumento da temperatura nas cidades, recebe esse nome devido à semelhança entre o padrão de isotermas que ele forma e as curvas de nível observadas em uma ilha.

Comentários: Gabarito, **CERTO**. A ilha de calor urbana é um fenômeno amplamente estudado nas ciências ambientais e geográficas. Ela ocorre devido ao aumento da temperatura em áreas urbanas em comparação com áreas rurais próximas. Esse efeito é causado por fatores como a alta densidade de construções, a substituição de áreas verdes por superfícies impermeáveis (asfalto e concreto), e as emissões de calor provenientes de atividades humanas.

O termo "ilha de calor" é utilizado porque o fenômeno, quando analisado em mapas de isotermas (linhas que conectam pontos de mesma temperatura), apresenta um padrão que lembra as curvas de nível de uma ilha, com temperaturas mais altas concentradas no núcleo urbano e valores mais baixos ao redor, como se fosse uma ilha cercada por "mares" de menor temperatura. Essa explicação está em conformidade com a literatura técnica sobre o tema.

BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**QUESTÃO 115**

Sobre Desenvolvimento Sustentável, Financiamento da Política Ambiental e Tutela Processual do Meio Ambiente, julgue os itens a seguir.

O financiamento da política ambiental pode ser feito por meio de instituições financeiras, fundos e editais de órgãos como o MMA e o BNDES. O MMA, por exemplo, através do FINEM (Financiamento a investimentos em sustentabilidade), financia diferentes empreendimentos.

Comentários: Gabarito, **ERRADO**. Realmente o financiamento da política ambiental pode ser feito por meio de instituições financeiras, fundos e editais de órgãos como o MMA e o BNDES. Contudo, o FINEM é um instrumento de financiamento do BNDES e não do MMA.

Fonte: [BNDES Finem - Meio Ambiente](#)

QUESTÃO 116

A tutela jurisdicional de qualidade em matéria ambiental é aquela que é prestada com celeridade, tendo em vista, a fragilidade do meio ambiente e a irreversibilidade de eventuais danos.

Comentários: Gabarito, **CERTO**. De fato, a proteção jurisdicional eficaz em questões ambientais é aquela que ocorre de forma ágil, considerando a vulnerabilidade do meio ambiente e a impossibilidade de reverter os possíveis danos causados.

A assertiva fala sobre a importância de uma tutela jurídica ambiental ágil e eficaz, dada a fragilidade intrínseca do meio ambiente e a irreversibilidade dos danos que podem ser causados. A lentidão no atendimento jurisdicional pode comprometer a eficácia das medidas de proteção ambiental, já que, muitas vezes, os danos ao meio ambiente não podem ser completamente reparados ou revertidos, reforçando a necessidade de uma atuação rápida e preventiva por parte do Poder Judiciário.

A assertiva está alinhada com o princípio da prevenção, amplamente defendido no direito ambiental, e com a ideia de que a tutela ambiental deve buscar preservar o equilíbrio ecológico antes que os danos se concretizem.

Fonte: Considerações sobre a tutela jurídica do meio ambiente | Jusbrasil

QUESTÃO 117

Desenvolver-se de forma sustentável, seja em pequena esfera ou em larga esfera pressupõe possibilitar às pessoas, agora e futuramente, atingir um nível satisfatório de desenvolvimento socioeconômico e cultural fazendo uso razoável dos recursos naturais, de forma a não os esgotar para as próximas gerações.

Comentários: Gabarito, CERTO. A definição apresentada na assertiva está em consonância com o conceito de **desenvolvimento sustentável**, amplamente reconhecido em documentos como o **Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum)**, publicado pela ONU em 1987. Este relatório define o desenvolvimento sustentável como aquele que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades."

A assertiva também reflete os três pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável:

1. Dimensão socioeconômica: Visa garantir condições dignas de vida, promovendo desenvolvimento econômico e justiça social.

2. Dimensão ambiental: Foca no uso responsável dos recursos naturais, garantindo sua disponibilidade para gerações futuras.

3. Dimensão cultural: Reconhece a importância de preservar e promover a diversidade cultural como parte do processo de desenvolvimento.

Ao propor o uso razoável dos recursos naturais e a preservação dos mesmos para as próximas gerações, a assertiva está de acordo com os princípios estabelecidos em marcos internacionais e com a literatura técnica sobre o tema.

QUALIDADE AMBIENTAL

QUESTÃO 118

Sobre a qualidade ambiental, julgue os itens a seguir:

A CONAMA nº 416/ 2009 estabelece que os fabricantes e importadores de pneus novos, com peso unitário superior a 2,0 Kg, ficam obrigados a coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional.

Comentários: Gabarito, CERTO. É exatamente isso! A CONAMA 416/2009 dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e estabelece que os fabricantes e importadores de pneus novos, com peso unitário superior a 2,0 Kg, ficam obrigados a coletar e dar destina-

ção adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional. Além disso, estabelece a implantação de pontos de coleta para esse tipo de pneus.

As exigências e procedimentos relativos à coleta e destinação final de pneus inservíveis junto ao Ibama estão dispostos na Resolução Conama nº 416/09, na Instrução Normativa Ibama nº 9, de 20 de julho de 2021 e na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

QUESTÃO 119

A biorremediação, também chamada de remediação biológica, é uma técnica utilizada para minimizar os impactos ambientais causados pela poluição. Um exemplo de aplicação dessa técnica é a compostagem e os biorreatores, considerados mecanismos de biorremediação in-situ.

Comentários: Gabarito, ERRADO. A biorremediação, ou remediação biológica, é realmente uma técnica utilizada para minimizar os impactos ambientais causados pela poluição. Essa abordagem faz uso de organismos vivos, como bactérias, fungos e plantas, para degradar, transformar ou neutralizar poluentes presentes no solo, na água ou no ar. O conceito apresentado na primeira parte da assertiva está correto.

No entanto, o erro está na classificação de **compostagem e biorreatores** como exemplos de biorremediação in-situ. Esses dois mecanismos são, na verdade, ex-situ, ou seja, o material contaminado é removido do local original e tratado em uma área separada (como em biorreatores) ou em condições controladas (como na compostagem).

Conceitos relevantes:

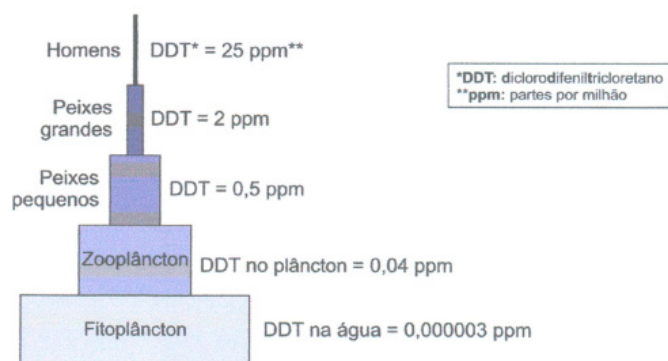
- **Biorremediação in-situ:** Acontece no próprio local contaminado, sem necessidade de remoção do material. Exemplos incluem a aplicação de microrganismos diretamente no solo contaminado ou a bioestimulação (adição de nutrientes para estimular microrganismos locais).

- **Biorremediação ex-situ:** Requer a remoção do material contaminado para tratamento em outro local, como ocorre com biorreatores e compostagem.

QUESTÃO 120

No processo de biomagnificação, os consumidores em níveis mais elevados nas cadeias alimentares podem apresentar determinada substância em quantidade mais de um milhão de vezes maior que a encontrada na água.

Comentários: Gabarito, CERTO. A biomagnificação atinge níveis mais intensos nos topos das cadeias tróficas, uma vez que as substâncias não digeríveis se acumulam progressivamente, resultando em concentrações mais elevadas nos organismos desses níveis. Veja a seguir uma ilustração da concentração de DDT em parte por milhão (ppm) em níveis tróficos mais elevados, como mostra a imagem abaixo:



PROVA DISCURSIVA

O território aduaneiro brasileiro desempenha um papel estratégico na fiscalização do comércio exterior e na proteção do meio ambiente. Regulamentado pelo Decreto nº 6.759/2009, o território aduaneiro abrange as zonas primária e secundária, locais onde órgãos como a Receita Federal do Brasil (RFB) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) exercem suas funções fiscalizatórias.

Vale destacar que, a gestão do território aduaneiro enfrenta desafios que vão desde a necessidade de modernização tecnológica e integração entre órgãos federais até a fiscalização de longas fronteiras terrestres, dificultando a aplicação eficaz da legislação ambiental e tributária.

Diante desse cenário, elabore um texto dissertativo que responda aos seguintes quesitos:

- 1) Defina o conceito de território aduaneiro e explique sua divisão em zona primária e zona secundária, destacando suas respectivas funções. [10,00 pontos]
- 2) Analise o papel do IBAMA na fiscalização do território aduaneiro, considerando a segurança ambiental do Brasil. [10,00 pontos]
- 3) Discuta os desafios da gestão do território aduaneiro, abordando aspectos logísticos, tecnológicos e institucionais, com foco na integração entre órgãos fiscalizadores. [10,00 pontos]

Gabarito:

1. Conceito e divisão do território aduaneiro (10,00)

O candidato deve:

- Definir corretamente o território aduaneiro como a área onde se aplica a legislação aduaneira.
- Explicar a divisão em zona primária (portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados) e zona secundária (restante do território nacional).
- Destacar que a zona primária é responsável pela entrada e saída de mercadorias e pela fiscalização inicial, enquanto a zona secundária abrange o controle posterior e o trânsito interno de mercadorias.

2. Papel da Receita Federal e do IBAMA na fiscalização aduaneira (10,00)

O candidato deve:

- Destacar o papel do IBAMA na fiscalização ambiental, combatendo tráfico de fauna e flora, comércio ilegal de madeira e entrada de substâncias prejudiciais ao ecossistema.

- Relacionar a importância da fiscalização para evitar danos ambientais, evasão fiscal e concorrência desleal.

3. Desafios da gestão do território aduaneiro (10,00)

O candidato deve:

- Apontar desafios logísticos, como extensão das fronteiras terrestres e falta de infraestrutura em alguns postos de fiscalização.
- Discutir desafios tecnológicos, como a necessidade de modernização dos sistemas de controle e uso de inteligência artificial na fiscalização.
- Destacar desafios institucionais, como falta de integração entre órgãos como Receita Federal, IBAMA, Polícia Federal e outros responsáveis pela fiscalização, além da necessidade de mais investimentos e capacitação de agentes.



SIMULADO

CONCURSO

IBAMA

ANALISTA AMBIENTAL

20%OFF

USE O CUPOM

IBAMA20

CURSO COMPLETO